

NOTAS E INFORMAÇÕES

## Democracia da carochinha



**Judiciário controlado por Maduro confirma punição à principal opositora do ditador venezuelano**

O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela confirmou no último dia 26 a inelegibilidade por 15 anos de María Corina Machado, a ex-deputada consagrada nas primárias da oposição para enfren-

tar o ditador Nicolás Maduro na eleição presidencial de 2024. Eram favas contadas.

O compromisso do regime chavista com os Estados Unidos de realizar um pleito livre e justo – em troca da retomada de seus embarques de petróleo e gás ao mercado americano – surgiu sem o fio de bigode de uma das partes em outubro passado. Acreditar nos termos aceitos por Caracas, isto é, esperar que a Venezuela chavista pudesse se tornar minimamente democrática de uma hora para outra, era crer num conto da carochinha. Para preservar-se no poder, Maduro jamais dispensaria os mecanismos autoritários à sua mão.

A decisão da mais alta corte venezuelana foi mais uma trava levantada contra a mobilização da oposição em torno de uma candidatura capaz de destronar Maduro, há quase 14 anos no poder. Henrique Capriles, outro nome forte entre os eleitores avessos ao regime, tornou-se também inelegível. No início de novembro, quando se contavam apenas 13 dias desde a assinatura do acordo com os EUA em Barbados, o mesmo tribunal suspendeu os efeitos das primárias da oposição. O Ministério Público, em paralelo, desencadeou uma perseguição aos integrantes da comissão organizadora daquele pleito. Mais iniciativas certamente virão.

É assim que as coisas funcionam na Venezuela, onde Maduro controla sem nenhum pudor o Judiciário, o Legislativo e o Ministério Público e não titubeia em valer-se dos aparatos de coerção das Forças Armadas, da Guarda Nacional Bolivariana e das milícias

chavistas contra quem quer que seja. Nesse caldo de cultura autoritária, o mesmo Ministério Público ordenou, na semana passada, a prisão de 32 pessoas sob a acusação de conspirar contra o regime. Não precisou, obviamente, apresentar qualquer evidência de caráter não fictício às instituições pelegas. Menos ainda à sociedade.

A reação negativa de Washington estava nos cálculos de Caracas. Até que demorou, diante dos seguidos atropelos de Maduro ao Acordo de Barbados nos últimos dois meses. Mas veio nesta semana, na forma de sanções imediatas à importação de ouro e da retomada das travas ao ingresso de petróleo venezuelano a partir de abril. A inelegibilidade de María Corina e de Capriles jogou por terra a tese da Casa Branca de que, sob os auspícios do comércio petrolífero, a Venezuela pudesse abrandar seu regime. Ledo engano. O acordo está desfeito.

A sequência de ações do regime contra a oposição confirma a vocação autoritária de Maduro e o valor nulo de sua palavra – a mesma que foi empenhada no compromisso da Venezuela de não invadir a região de Essequibo, da Guiana, firmado em Brasília. O Brasil de Lula da Silva poderia exercer pressão sobre o companheiro Maduro. Mas não o faz e, diante da mais recente demonstração de arbitrariedade de seu companheiro, mantém-se em obsequioso silêncio – provavelmente porque ainda acredita na fábula de que a Venezuela seja uma democracia. ●

Plano motosserra

## Polícia e manifestantes se enfrentam diante do Congresso na Argentina

**Projeto de reforma de Milei é reduzido para ser aprovado e começa a ser discutido pelos deputados sob forte pressão popular**

BUENOS AIRES

Manifestantes e policiais entraram ontem em confronto ontem nas ruas de Buenos Aires, diante do Congresso, após a abertura das discussões para votação do projeto de reformas do presidente, Javier Milei – a chamada “Lei Ônibus”, que sofreu uma redução drástica para ser aprovada, já que o governo não tem maioria parlamentar. Vários deputados da oposição abandonaram a sessão legislativa para participar do protesto.

O pacote com centenas de medidas está entre as prioridades de Milei. A sessão extraordinária foi chamada de “maratona”, porque tem duração estimada de 30 horas. Ela foi paralisada no início da madrugada e será retomada hoje.

Apesar de ter minoria na Casa, o libertário espera contar com o apoio da chamada “oposição dialoguista” para aprovar o pacote. “Chegamos a um acordo e a norma será aprovada”, disse o deputado José Luis Espert, da base do governo, antes da sessão.

O levantamento feito pelo *Clarín* antes da votação aponta que o pacote deve obter os 129 votos necessários. A votação, no entanto, se dará artigo por artigo e a tendência é que partes da reforma sejam abandonadas. Pontos considerados sensíveis, como as privatizações, ainda são tema de intensa discussão.

**VIOLÊNCIA.** Enquanto os debates se arrastavam na Câmara, sindicatos e movimentos sociais protestavam nas ruas. O protocolo que proíbe o bloqueio de vias foi acionado ontem e a polícia fez um cordão de isolamento para evitar que os manifestantes tomassem a frente do Congresso. No fim da tarde, um grupo marchou para a Avenida Entre Rios, e houve confronto.



Choque entre policiais e manifestantes nas ruas de Buenos Aires

O clima também foi de tensão dentro da Câmara. O empresário Tomás Agote, que acompanhava as discussões, foi expulso da sessão, acusado de insultar a deputada da Frente de Esquerda Myriam Bregman, que fez duras críticas a Milei. O governista se descul-

pou no X (antigo Twitter), mas negou que tenha insultado a parlamentar.

No início da “maratona”, a coalizão peronista União Pela Pátria – grupo de Alberto Fernández e Cristina Kirchner, que governou o país até dezembro – tentou levar a “Lei Ôni-

bus” de volta para as comissões. O esforço, no entanto, foi rejeitado em votação.

O pacote de leis inicial tinha 664 artigos, mas começou a ser reduzido nas comissões da Câmara. Agora, o que está em discussão é um conjunto com 386 medidas, um pouco mais da metade do original, que ainda deve sofrer alterações ao longo do debate.

Na tentativa de garantir a aprovação, o governo retirou um capítulo fiscal, que era uma das apostas para garantir a meta de déficit zero em 2024. Milei também abriu mão de alterações no sistema previdenciário, que afetariam a atualização periódica da renda dos aposentados.

Mesmo com o recuo, a oposição ainda contesta pontos do pacote, como o que daria mais poderes para a Casa Rosada, que busca aval para passar outras reformas pelo Executivo, sem o controle do Congresso. Outro ponto de atrito é a privatização total ou parcial de cerca de 40 estatais.

**APOIO.** Caso aprovado, o projeto seguirá para o Senado, onde o governo tem apoio de apenas 7 dos 72 senadores. Mas, assim como acontece na Câmara, Milei espera contar com o mesmo apoio da “oposição dialoguista”, formada por partidos de centro e de direita. Se o Senado mudar o projeto, o texto terá de retornar à Câmara. ● AFP

Egito

**Líder do Hamas chega para negociar acordo**

Uma delegação do Hamas, liderada por Ismail Haniyeh, chegou ontem ao Cairo para discutir uma trégua em Gaza. O acordo envolveria um cessar-fogo em três etapas. Primeiro, seriam libertados os civis restantes entre os reféns do Hamas. Depois, os soldados de Israel. Por fim, os corpos dos sequestrados que foram mortos em ataques em Gaza. ●



Venezuela

**Maduro critica presidente do Equador**

O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, criticou ontem o presidente equatoriano, Daniel Noboa, que ameaçou não reconhecer as eleições presidenciais venezuelanas em razão do veto à candidatura da opositora María Corina Machado. “Não abra as portas do seu país para o diabo”, disse Maduro. “Pense bem antes de mexer com a Venezuela.” ●